

O PERFUME DO TEMPO

Claudia Castro¹

Resumo

Tanto a filosofia quanto a literatura nunca deixaram de perceber que, não apenas o olfato, mas os diferentes sentidos são capazes de suscitar as experiências mais requintadas do espírito. Mas aqui, seja no perfume das flores ou no agradável aroma das tortas e dos doces, aqui nos interessa pensar em que medida o olfato é testemunho disso que Beckett chamou certa vez de o “monstro de duas cabeças, danação e salvação – o Tempo”².

Palavras-chave: memória, tempo, Proust.

¹ Doutora em Filosofia pela PUC - Rio, Claudia Castro foi professora de filosofia da PUC durante 15 anos, até 2010, ano em que faleceu.

² BECKETT, S. *Proust*. Trad. Nestroviski, A. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 9.

O PERFUME DO TEMPO

Claudia Castro³

Tanto a filosofia quanto a literatura nunca deixaram de perceber que, não apenas o olfato, mas os diferentes sentidos são capazes de suscitar as experiências mais requintadas do espírito. Mas aqui, seja no perfume das flores ou no agradável aroma das tortas e dos doces, aqui nos interessa pensar em que medida o olfato é testemunho disso que Beckett chamou certa vez de o “monstro de duas cabeças, danação e salvação – o Tempo”⁴. Em uma das passagens mais célebres de sua obra principal, *Em busca do tempo perdido*, o escritor francês Marcel Proust (1871-1922) se referiu ao odor como a uma alma que é capaz de permanecer ainda por muito tempo “quando nada mais subsiste de um passado remoto, após a morte das criaturas e da destruição das coisas”, sozinho, mais frágil, porém mais vivo, mais persistente e fiel, ele guarda e aguarda “em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação”.⁵

Ao comentar a obra de Proust em seu ensaio de 1929 e intitulado *A imagem de Proust*, o filósofo Walter Benjamin afirmou que, “em vista da tenacidade especial com que as reminiscências são preservadas no olfato (o que não é de nenhum modo idêntico à preservação dos odores na reminiscência)”⁶, não se pode considerar acidental a sensibilidade de Proust aos odores.

Benjamin nos mostra que o centro da criação proustiana é impulsionado, do interior, pelo trabalho daquilo que o próprio artista nomeou de *memória involuntária*. Mas, se quisermos captar a “vibração mais íntima dessa literatura, temos que mergulhar numa camada especial, a mais profunda, dessa memória involuntária”,⁷ aquela que nos é revelada no olfato. Nesta, os momentos da reminiscência, não mais isoladamente, com imagens, mas informes, não-

³ Doutora em Filosofia pela PUC - Rio, Claudia Castro foi professora de filosofia da PUC durante 15 anos, até 2010, ano em que faleceu.

⁴ BECKETT, S. *Proust*. Trad. Nestrovski, A. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 9.

⁵ PROUST, M. *No caminho de Swann*. Trad. Quintana, M. São Paulo: Editora Globo: 1999, p. 51.

⁶ BENJAMIN, W. “A imagem de Proust”, in: *Obras escolhidas I*. Trad. Rouanet, S.P. São Paulo: editora Brasiliense, 1987, p. 48.

⁷ Idem, p. 49.

visuais, indefinidos e densos, nos anunciam o tempo, como o peso da rede anuncia o peixe ao pescador. Benjamin escreve: “o odor é o sentido do peso, para quem lança sua rede no oceano do *temps perdu*”.⁸ E, a escrita de Proust contém todo o esforço, indizível, para erguer o que foi capturado.

Segundo Benjamin, a memória possui um papel decisivo na preservação da “verdadeira experiência”, pois existe uma íntima relação entre a verdade e o tempo que faz confundir a própria experiência do pensamento com a possibilidade de fazer conectar presente e passado, o que exige o abandono da concepção do tempo cronológico, “homogêneo e vazio”. Assim, cabe à filosofia uma nova experiência do tempo que seja capaz de salvar o passado em sua potência libertadora. Fazer a experiência do tempo em sua própria fundação como aquela que se desdobra em uma dupla criação: um presente que se lança para o futuro e a incorporação criadora de um passado virtual.

Como Benjamin pode notar, esta também foi a intenção filosófica de Bergson, para quem a experiência do passado, da memória pura, representava a única possibilidade de abandonar a estreiteza de uma visão científica e não qualitativa do mundo. Mas, segundo a leitura benjaminiana, o que confere a especificidade da obra de Proust é que, ao contrário de Bergson, para o escritor, salvar o passado e acolher a verdadeira experiência não é uma questão de escolha: Proust buscou a construção dessa verdadeira experiência a partir das condições sociais reais da vida na modernidade, distanciada da tradição, já que as circunstâncias modernas minaram a solidez da experiência garantida pela tradição. Na análise de Benjamin, o império da informação jornalística e a própria forma literária do romance exprimem o distanciamento com relação à tradição e suas práticas que nos tornavam capazes de relacionar as nossas experiências, de conferir sentido ao mundo, aos acontecimentos exteriores. Em sua obra, Proust teria enfrentado o desafio de construir uma experiência mais alargada, integradora do mundo, capaz de articular presente e passado e ultrapassar assim a nossa relação habitual com a lembrança.

⁸ Idem, p. 49.

É nesse contexto que Benjamin faz a distinção entre a verdadeira experiência (*Erfahrung*) e a vivência (*Erlebnis*), que caracteriza o indivíduo nas sociedades capitalistas modernas. No entanto, é preciso salientar, para Benjamin, a obra de Proust, como também aquela de Baudelaire, ao situarem-se justamente no vértice entre experiência e vivência, não possibilitam uma retomada nostálgica do passado, nem fazem desta retomada uma questão de escolha.

Como veremos, a própria *Recherche* apresenta uma distinção essencial, a diferença entre dois tipos de memória: a *involuntária* e a *voluntária*, esta última sujeita à tutela do intelecto. Trata-se de uma diferença qualitativa entre duas possibilidades de rememoração. A memória capaz de fazer despertar o que foi experimentado no passado não está relacionada com as injunções da nossa inteligência. A memória voluntária, a memória da inteligência, estreitamente relacionada ao hábito, é incapaz de conservar o passado. Ao contrário, na memória involuntária, encontramos um trabalho operado por um esquecimento ativo capaz de nos liberar dos ditames do hábito. Samuel Beckett lembrou muito bem:

Proust tinha má memória – como tinha um hábito ineficiente, ou *porque* tinha um hábito ineficiente. O homem de boa memória nunca lembra de nada, porque nunca esquece de nada. Sua memória é uniforme, uma criatura de rotina, simultaneamente condição e função de seu hábito impecável, um instrumento de referência e não de descoberta.⁹

Benjamin mostra que, se Penélope à espera de seu marido Odisseu desfazia durante a noite toda a sua tapeçaria para que durante o dia pudesse novamente construí-la, Proust, em sua escrita, criou uma *urdidura* do *esquecimento* que suspende durante a noite as lembranças da memória voluntária, incapazes de reconstruir de forma significativa o tempo passado. Assim, o esquecimento vai tecendo a tapeçaria da existência, aquela rememoração sem limites, pois, quanto mais habitual, pragmática for a nossa relação com os acontecimentos, menor será a chance de carregá-los de novos significados. Segue o alerta de Beckett: “Só podemos lembrar do que foi registrado por nossa extrema desatenção e armazenado naquele último e

⁹ BECKETT, S. Op.cit., p.29.

inacessível calabouço do nosso ser, para o qual o Hábito não possui a chave”¹⁰.

No entanto, o encontro casual com um objeto material, o acaso que nos traz o cheiro de um perfume, é capaz de nos levar para bem longe de nossa percepção habitual do mundo. Assim acreditava Proust, para quem não passa de trabalho perdido tentar evocar, voluntariamente, o passado. Neste campo, todos os esforços de nossa inteligência permanecem inúteis. Por outro lado, o passado está oculto onde nós nem suspeitamos, guardado em algum objeto material ou na sensação que nos daria esse objeto material, e apenas o acaso pode permitir que o encontremos. Para Proust – e é isso que caracteriza a memória involuntária – a possibilidade de alcançarmos nossa experiência é totalmente dependente do acaso. E eis o essencial: a experiência, para o escritor, significa a felicidade; a felicidade de um encontro que faz cessar o sentimento de que somos medíocres, contingentes e mortais.

Para Samuel Beckett, esta redescoberta do tempo perdido constitui, na verdade, a supressão do próprio tempo, uma saída, mesmo que momentânea, da ordem do tempo. Assim, a solução proustiana se resumiria na “negação da morte porque negação do tempo”¹¹; a rigor, deste modo, o tempo não seria redescoberto, mas obliterado.

Porém, o que a leitura benjaminiana nos faz ver é que a *eternidade* em Proust não constitui uma eternidade platônica, fora do tempo. Ela é uma eternidade feita de *tempos entrecruzados*, capaz de instaurar uma outra ordem. Trata-se da experiência entendida como felicidade, tal como faz o amor quando preenche o homem daquela essência preciosa que, no fundo, não passa da experiência que faz o homem dele mesmo, da sua própria existência e que o faz deixar de sentir-se simplesmente contingente e medíocre.

É preciso esclarecer que a lei estética da escrita proustiana não repete o modelo de um tempo mítico que, depois de ter sido perdido, seria por fim

¹⁰ Idem, pp.30-31.

¹¹ BECKETT, S. Op. cit., p. 80.

encontrado como platônica eternidade. Se a obra de Proust não tem outra matéria que a tentativa de rememorar o passado, o que é incomparavelmente mais significativo é que seu trabalho de escritor põe em cena um modo, uma qualidade de experiência que o narrador busca em sua memória. Como Jean Cocteau pode notar, havia um desejo de felicidade, “cego, insensato e frenético”¹² morando em Proust; desejo que não deixava de brilhar em seus olhos tristes e que fazia da sua literatura a possibilidade única de vencer sua tristeza inconsolável, “a incurável imperfeição da própria essência do momento presente”¹³. Se a felicidade estava presente nos olhos de Proust, ela atravessa também toda a sua obra como impulso dilacerante, explosivo, devastador. Nas palavras de Benjamin, “a felicidade como elegia”, “o eterno mais uma vez, a eterna restauração da felicidade primeira e original”. Pois “é essa ideia de felicidade, que também podemos chamar de eleática, aquela que para Proust é capaz de transformar a existência quando se entra na floresta encantada da recordação”¹⁴. Foi por ela, como nos mostra Benjamin, que o escritor sacrificou a sua vida e, em sua obra, a unidade da pessoa, o fluxo da narrativa e o jogo da imaginação.

Mas a busca do tempo perdido só se configura como busca do passado na medida em que a memória se confronta com um modo perdido de experiência, com a experiência da perda. Se *Combray* descreve o começo, a plenitude, essa descrição já contém a consciência da perda. Ou seja, a integralidade da experiência, sem a experiência da integralidade destruída é impossível de ser reconhecida.

Para a verdadeira memória, a experiência da perda é necessária. Benjamin esclarece: “Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu”¹⁵. Isso significa que o fundamental para aquele que rememora não é o *vivido* e sim o *tecido* de sua rememoração,

¹² COCTEAU, J. Citado por Benjamin In: “A imagem de Proust”, p. 38.

¹³ PROUST, M. “Os prazeres e os dias” apud BENJAMIN, W. *Passagens*. Trad. Aron, I. e Mourão, C.P.B. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 146.

¹⁴ BENJAMIN, W. “A imagem de Proust”, in: op. cit., p. 39.

¹⁵ Idem, p. 37.

o “trabalho de Penélope de reminiscência”¹⁶, onde a memória, involuntária, está mais perto do esquecimento, de um não saber, do que daquilo que conhecemos como lembrança. Neste domínio, a experiência da perda é absolutamente necessária.

O tempo perdido é aquele em que nada no mundo pode nos oferecer uma paz semelhante do que aquela trazida pelo beijo da mãe em Combray. Em que as coisas estão sempre afastadas, por mais perto que estejam do sujeito. Em suas mais de mil páginas, Proust nos apresenta uma Odisseia de decepções, onde a figura fundamental é sempre a perda. Aqui, quanto mais um objeto se aproxima, mais ele caminha para o domínio do intocável e se torna inacessível ao círculo da vida do sujeito. Neste mundo, tudo parece seguir o paradigma do amor não satisfeito, em que a aproximação do ser amado implica necessariamente a perda das qualidades que o fizeram objeto do desejo. É o próprio Proust quem diz: “só amamos isso que não possuímos inteiramente”¹⁷. Albertine é aquela que pertence à linhagem desses seres de fuga, que se furtam eternamente. Se ele a possuísse, jamais a desejaria, pois apenas o distanciamento é capaz de trazer o sentido das coisas. Aqui, é absolutamente necessário preservar a distância.

Benjamin observa que, na obra de Proust, tanto as pessoas quanto os lugares ou objetos que o narrador deseja alcançar estão sempre dele separados por resistências inumeráveis. Proust jamais escolhe o caminho mais curto; sempre envereda por aqueles mais desviantes e errantes que não conduzem jamais ao fim. Mas, segundo a visão filosófica de Benjamin, é justamente por ser “engenhoso em complicações” que o escritor encontra “a quintessência da experiência”, ou seja, porque o sujeito estético na obra proustiana não faz nenhuma experiência na *imediatez* do vivido. No domínio do vivido estão fechadas as portas da percepção: o olhar imediato sobre a realidade não ultrapassa a visão convencional; só é capaz de revelar uma perspectiva equivocada do real, tão falsa quanto o senso comum. Nele, temos apenas os

¹⁶ Idem, p. 37

¹⁷ PROUST, M. *A prisioneira*. Trad. Bandeira, M. e Alencar, L. S. São Paulo: Editora Globo: 2002, p. 87.

pensamentos acomodados que seguem as exigências do hábito, da banalidade da vida cotidiana. E, quanto mais os objetos se aproximam, mais difíceis de alcançar.

No romance de Proust, se o esquecimento subtrai o mundo do nosso olhar, o hábito perverte esse olhar pela segurança da proximidade. Ele constitui apenas uma forma de engajamento da consciência, e sua suspensão representa um perigo para o indivíduo. No entanto, esses momentos perigosos são justamente os momentos de conhecimento, ao mesmo tempo dolorosos, misteriosos e frutíferos, onde, por um instante, *o tédio de viver dá lugar ao mal de existir*.

É contra as mornas deformações do hábito que lutam as forças estéticas da *Recherche*, pois só a arte é capaz de expressar a vida. Vida que não se deixa observar, cujas aparências pedem para serem traduzidas, em um incansável trabalho de decifração. Assim, a arte desfaz todo o trabalho realizado pela nossa inteligência abstrata, pelos nossos hábitos e por nosso amor próprio.

O que a escrita proustiana nos ensina é que os momentos de satisfação participam sempre deste jogo do próximo e do distante, possibilitando um olhar múltiplo sobre o objeto. Escrita da fugacidade e da inacessibilidade, em que o caráter fixo e limitado dos objetos é suprimido. Nela, o mistério dos objetos só se revela na própria natureza que se expressa, espontaneamente.

É essa tentativa de alcançar a evidência do mistério, em seu movimento duplo de aproximação e afastamento, que está presente no esforço de agarrar o odor de um perfume ou no gosto da *madeleine* que surge involuntariamente. Trata-se de alcançar a proximidade de um longínquo.

Em Proust, os instantes de felicidade possuem uma rítmica que dilui toda substância ou contorno fixo. No entanto, para alcançar essa interpretação, é preciso manter a diferença entre a compreensão pessoal de Proust e o romance que ele efetivamente escreveu. No fim de sua obra, no volume intitulado *O tempo redescoberto* – que se inicia com um convite feito ao

narrador para passar uma tarde com o príncipe de Guermantes e então rever os amigos de antigamente, e onde, por três vezes, ele experimenta aquela sensação prazerosa de retorno ao passado – ao buscar a natureza desse misterioso sentimento de alegria, o próprio Proust desenvolve uma teoria da memória involuntária. Nesta concepção, que habitualmente se apresenta como a teoria do tempo encontrado, o narrador afirma, sem nenhuma hesitação: a memória involuntária é repetição. Desencadeada por uma analogia sensível, para Proust, ela “não é somente um eco, o duplo de uma sensação passada (...) mas essa própria sensação”¹⁸. E, nessa identidade sensível, ele vê o tempo suspenso, ab-rogado; um espaço liberado do tempo; um Eu mais elevado, verdadeiro e intemporal; “o homem liberto da ordem do tempo”¹⁹ e comunicando-se com uma substância imóvel. Uma vertigem de supressão do tempo que lhe aparece como a causa buscada ao longo de toda a sua vida para aquele grande sentimento de alegria...

Mas, se os objetos perdidos no tempo se desdobram em múltiplas direções; se eles não jazem afogados no tempo, não podem retornar intactos em uma *experiência intelectual*. Ao contrário, é o tempo que se encontra *nos* objetos e provoca sempre múltiplas modificações. Além disso, se o próprio sujeito se modifica no tempo, ele não pode apreender esses objetos carregados de tempo na imediatidade do vivido. Toda a memória é apenas memória de fragmentos, aspectos limitados, verdades sempre parciais. Em um instante temporalmente limitado só pode estar contida uma verdade igualmente momentânea.

Assim, a memória involuntária não constitui o lugar de supressão da perda, onde os fragmentos do mundo são enfim reunidos. Pois, se, como afirma Proust, a memória involuntária é pensada como identidade do passado e do presente, ela não passa da negação abstrata do tempo perdido. Ao colocar, contra a experiência da fugacidade dos objetos, a essência intemporal – um

¹⁸ PROUST, M. apud BLANCHOT, M. “A experiência de Proust”. In: *O livro por vir*. Trad. Perrone-Moisés, L. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 16.

¹⁹ PROUST, M. apud idem, p. 17.

ser intemporal das coisas –, Proust se coloca contra o movimento do tempo. Ou seja, contra o próprio tempo ele coloca a identidade da repetição.

No entanto, se é isso que sustenta a filosofia da memória involuntária de Proust desenvolvida no último volume da *Recherche*, seu romance resiste a essa interpretação. A filosofia que põe à distância o tempo não considera o romance efetivamente escrito, pois uma coisa é a intenção de sua filosofia, outra a realidade estética que nos faz penetrar em um mundo inteiramente outro. A lei estética deste romance não se encontra na figura da repetição, em uma memória involuntária que simplesmente anula o tempo, mas no processo infinito de *deciframento* da experiência. Aqui, a estrutura do objeto que retorna na memória, decifrada, traduzida, é a de um universo de relações: relações entre as diferentes faces do objeto e do próprio narrador. Um universo de relações que se desdobra como as flores de papel japonesas ao serem mergulhadas na água, desenrolando continuamente novas cores e formas, impedindo o reinado da identidade.

Em nossa leitura de Proust, privilegiamos a interpretação benjaminiana, que não corrobora a filosofia restaurativa do romance proustiano, mas a lei estética que nele opera. Como disse Benjamin, o essencial para o autor que se lembra não é o que ele efetivamente viveu, mas a tecelagem que sua memória realiza, inseparável do trabalho operado pelo esquecimento. Assim, o objeto de sua busca se estende ao infinito e não se revela perfeitamente em nenhum presente temporal. Ele se constitui na memória, pois só ela possui tão vasto domínio; ele se desdobra e se tece a partir dos múltiplos fragmentos que se dispersam na imediatidade do vivido, pois a memória é um verdadeiro tecido, um tecido que não possui trama regular nem contorno nítido. Ao comentar a obra de Proust, Benjamin escreveu: “Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.”²⁰

²⁰ BENJAMIN, W. Op. cit., p.37.

Isso significa que nenhuma imagem da memória se basta; sempre se poderá desdobrá-la, e é justamente em suas dobras que se esconde o que é mais particular. Se podemos encontrar em Proust traços de um idealismo que ainda persiste, não são eles que determinam a significação dessa obra. Para a interpretação benjaminiana, a experiência de eternidade que a obra de Proust consegue desbravar é aquela da *eternidade da interdependência*, não uma eternidade sem limites. A verdadeira contribuição de Proust diz respeito ao curso do tempo em sua forma mais real, quer dizer, em sua interdependência. A relação entre o presente e o passado, capaz de abrir as portas do futuro. E esta forma mais real do tempo, o tempo em seu curso, é aquela que se revela, antes de tudo, interiormente na memória e exteriormente no envelhecimento. Eis o coração do universo proustiano: o mundo da interdependência.

Portanto, se Benjamin retomou o conceito de memória involuntária, ele o fez no sentido oposto da filosofia proustiana, Em seu texto de 1939, *Sobre alguns temas em Baudelaire*, o filósofo esclarece a diferença: “Só pode se tornar a componente da *mémoire involuntaire* aquilo que não foi expressa e conscientemente “vivenciado”, aquilo que não sucedeu ao sujeito como ‘vivência’.”²¹

Desta forma, algo de novo se introduz ao conceito de memória: a percepção inconsciente. A experiência que um dia retorna involuntariamente é uma experiência inconsciente. Ela é da ordem de uma familiaridade que se constrói a despeito da própria consciência e que apenas mais tarde, com o envelhecimento, pode retornar à consciência. Benjamin está falando de percepções primeiras inconscientes, e isto revela novamente que a sua concepção de memória involuntária não encontra a sua estrutura temporal fundada sobre a repetição. Não é o mesmo que volta, a mesma percepção que um dia foi vivida pelo sujeito. O que a recordação traz à tona é algo de novo que, no entanto, já estava contido na memória. Assim, o tempo, em Benjamin, se torna um tempo produtivo. Enquanto em *O tempo redescoberto* o retorno

²¹ BENJAMIN, W. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas III, Um lírico no auge do capitalismo*. Trad. Barbosa, J.C. e Baptista, H. São Paulo: Brasiliense, 2000, p.108.

não é “somente um eco”, mas uma identidade, a memória involuntária de Benjamin introduz alguma coisa de novo. E ele escreverá mais tarde em seu *Trabalho das Passagens*: “existe um saber ainda-não-consciente do ocorrido cuja promoção tem a estrutura do despertar”²². E isso quer dizer que a *Recherche* de Proust se dirige tanto para o passado quanto para o presente, tanto para o que foi esquecido, quanto para o presente vazio onde algo de novo pode se dar. Se o despertar é o “caso exemplar de rememoração”, é porque, em seu instante, “consequimos nos lembrar do que é mais próximo, mais banal, o mais ao nosso alcance”²³.

Em Benjamin, a memória involuntária não é mais, como na filosofia proustiana, mera repetição, mas uma categoria do novo, uma forma de percepção que destrói a reificação da consciência e onde a verdadeira experiência, aquela da origem das coisas, de seu sentido, é encontrada: o conhecimento disto que é mais próximo, como se ele viesse do longínquo esquecimento, daquilo que é mais afastado, mais esquecido, tal como acabasse de ser sonhado. Há, portanto, sempre o duplo movimento da aproximação de um objeto que se furta.

A lembrança do que jamais foi conhecido, a lembrança de alguma coisa de novo - esta fórmula pode definir o conceito de experiência de Benjamin, onde a necessidade de fazer voltar o passado, de salvá-lo, vem acompanhada da recusa radical de enclausurá-lo em uma figura de repetição. Pois, na experiência do passado, encontra-se em jogo um presente qualitativo, que não é temporalmente indiferente, que não pode se confundir simplesmente com a eternidade, a verdade intemporal.

“Como foi exatamente”: é a isso que Benjamin renuncia. Ele busca uma experiência do mundo que pode ser encontrada na poesia, na prática do haxixe, e que também está presente na escrita proustiana: a vitória do objeto, momento bem-aventurado da dissolução do sujeito. E esta generosidade benjaminiana para com o elemento material constitui, em sua filosofia, a própria

²² BENJAMIN, W. *Passagens*. Op. cit, p. 434.

²³ Idem, pp. 433, 434.

experiência histórica. Aqui, ela é definida como salvação do passado, uma salvação que deve se realizar pela integração de um passado no presente. Essa experiência que, segundo Benjamin, é da ordem do despertar – como se nos viesse ao espírito algo que jamais soubemos – acontece bruscamente, e introduz uma descontinuidade na ordem do tempo. Segundo o filósofo, é esta experiência intensa, mas fugaz, que um simples perfume pode despertar.

BIBLIOGRAFIA

BECKETT, S. *Proust*. Trad. Netrovski, A. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Org. Willi Bolle. Trad. Aron, I. e Mourão, C.P.B. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. “A imagem de Proust”. In: *Walter Benjamin, Obras Escolhidas I, Magia e técnica, Arte e política*. Trad. Rouanet, S.P. São Paulo: Brasiliense: 1996, pp. 36-49.

_____. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: *Walter Benjamin, Obras escolhidas III, Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. Barbosa J.C. e Baptista H. São Paulo: Brasiliense: 2000.

BLANCHOT, M., *O livro por vir*. Trad. Perrone-Moisés, L. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PROUST, M. *No caminho de Swann*. Trad. Quintana, M. São Paulo: Editora Globo: 1999, p. 51.

_____. *A prisioneira*. Trad. Bandeira, M. e Alencar, L. S. São Paulo: Editora Globo, 2002.